

Desenvolvimento Local com Equidade em Municípios de Pequeno Porte Populacional



Como utilizar a Plataforma Básica

ISBN 978-85-99720-16-5



9 788599 720165





**Desenvolvimento Local com Equidade
em Municípios de Pequeno Porte Populacional**

Como utilizar a Plataforma Básica

Centro de Estudos em Administração Pública e
Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da
Fundação Getúlio Vargas

Apoio FINEP
Maio 2010

ISBN 978-85-99720-16-5

Desenvolvimento Local com Equidade em Municípios de Pequeno Porte Populacional - Como utilizar a Plataforma Básica

CEAPG

São Paulo: Dedone Editora, 2010.



A presente obra encontra-se licenciada sob a licença Creative Commons Atribuição-Uso não-comercial-No Derivate Works 3.0 Brasil License. Para ter acesso ao material visite: <http://www.fgv.br/ceapg>



As fotos da capa são de: Oiapoque, Tejuçuoca e Eldorado. As fotos foram feitas pelos pesquisadores durante sua visita ao município.

Gráfica e Editora Dedone Ltda.

Rua Madalena de Madureira, nº 297 - Limão

Cep 02460-010 São Paulo-SP

Tel: (11) 3966-6585

www.dedone.com.br

Índice

Introdução	5
A Plataforma Básica	7
Gestão	7
Desenvolvimento Econômico Local	8
Desenvolvimento Social e Redução das Desigualdades	8
Gestão	11
Receita Local	11
Transferências	12
Convênios	13
Gasto Municipal	14
Capacidade de Resposta	14
Ficha de Políticas, Programas e Ações	16
Desenvolvimento econômico local	18
Atividade Econômica Formal	18
Atividade Econômica Informal	20
Infraestrutura e Serviços (Quantitativos)	21
Infraestrutura e Serviços (Qualitativos)	22
Desenvolvimento social e redução das desigualdades	23
Saúde	23
Educação	24
Renda Familiar	26
Qualitativos	27

Introdução

Com o apoio da FINEP (Órgão Federal Financiadora de Estudos e Projetos), uma rede de pesquisadores da área de gestão pública vem trabalhando em uma das questões que sempre aparece quando se discutem os municípios de pequeno porte no país: sua viabilidade. Nossa primeira resposta a esta questão foi óbvia. Sim, são viáveis porque são importantes para as pessoas que neles residem e deles fazem suas referências para a vida cotidiana. A segunda resposta foi mais demorada e envolveu visitas e discussões com gestores e residentes de diversos municípios de norte a sul do país, todos com menos de 20.000 habitantes – alguns com bem menos. As nossas perguntas foram: os pequenos municípios são viáveis porque as pessoas desejam que assim seja? Como ajudá-las a fortalecer seu desenvolvimento e a fazer isso de maneira mais justa? Como desenvolver mecanismos que permitam a todos – governo local, câmara de vereadores, grupos da comunidade, organizações e associações locais, alunos das escolas, pais e vizinhos – discutirem o caminho de seu desenvolvimento.

A solução, descobrimos, é menos complicada do que parece, não porque os municípios de pequeno porte são simples – aliás, há municípios desse porte que possuem o tamanho territorial de países europeus – mas porque de fato há muitas informações disponíveis que poderiam ser usadas para esta discussão. O problema é de outra ordem: muitas das informações potencialmente disponíveis são agrupadas e disponibilizadas de maneira que somente um especialista saberia interpretar ou descobrir. Isto não é estranho, quando se recorda que há pouco tempo o Brasil não era um país efetivamente democrático e que os especialistas produziram informações para eles mesmos! A consequência foi que, em muitos pequenos municípios, nem mesmo o prefeito sabia de fato qual era a sua situação.

A nossa resposta para esta situação é expressa neste documento. Seu objetivo é apoiar a discussão local e territorial sobre o desenvolvimento com equidade; quer dizer, um desenvolvimento econômico que também traz o desenvolvimento social e a redução da pobreza e das desigualdades. Consiste de três dimensões. Primeiro, temos diferentes recursos e oportunidades que podemos utilizar para gerar ações de interesse público. Por exemplo, receitas financeiras, pessoas, alianças e apoios diversos para ações diferentes. Segundo, temos o terreno onde essas ações diferentes incidem: na atividade econômica local, na infraestrutura local e naquilo que ajude o desenvolvimento. Terceiro, temos os impactos destas atividades no desenvolvimento social, na qualidade de vida das pessoas que lá residem e na redução das

desigualdades. Essas três dimensões compõem o que chamamos de *Plataforma Básica* para o monitoramento das ações e os resultados locais em termos de um desenvolvimento local com cidadania, justiça, igualdade e equidade. Usamos o termo equidade para lembrar que às vezes nossas desigualdades são tão grandes que a simples igualdade não é suficiente. É necessário às vezes agir a favor de certos grupos ou partes da população local para garantir que de fato eles tenham as mesmas chances de uma vida plena com dignidade e com as mesmas oportunidades compartilhadas por outras.

A Plataforma Básica é uma ferramenta de gestão, que todos e todas podem usar para orientar o processo decisório local, para contribuir ao processo decisório local ou para avaliar e monitorar a sua utilidade. É composta por dados de fácil acesso, muitas vezes de informações geradas pelo próprio poder municipal e, posteriormente, sistematizadas pelo governo federal. A ideia é que ela não apenas auxilie na formulação de políticas, como também auxilie a avaliação dos impactos das políticas, pois permite observar se as políticas estão produzindo algum efeito na vida cotidiana da população. Dessa maneira, permite também a comparação com outros municípios do país.

Por que Básica? Porque estamos confiantes de que os dados, para as dimensões apresentadas a seguir, estão disponíveis para todos os municípios do país e que permitem com que cada um de nós possa discutir o que se passa nos nossos municípios. É *Básica* mas é também suficiente. Pode servir de base para uma abordagem mais complexa? Sem dúvida!! Cada município tem suas próprias peculiaridades, sua territorialidade e suas características e preocupações, e o convite de melhorar e aprofundar a Plataforma Básica está lançado. Afinal, trata-se de uma ferramenta pública para apoiar a ação pública. A Plataforma Básica é composta de informações e indicadores que têm uma atualização periódica de, no geral, um ano; o que significa que nós podemos acompanhar seu desenrolar ano a ano e, em alguns casos, mês a mês. Podemos também olhar para trás para ver como era a situação em anos anteriores. Para cada um, mostramos como achar e como interpretar as informações; e quais as questões e dicas para um debate mais aberto. A sua estrutura resumida se encontra na contra capa.

A Plataforma Básica

Em nada adianta discutir o que deve ser feito, se não soubermos quais são os recursos disponíveis. Parece óbvio, mas não é! Quantas vezes escutamos pessoas dizendo que a prefeitura deve fazer X,Y, ou Z e, em resposta, escutamos que não há fundos, pessoas ou equipamentos para fazer? Então, antes de mais nada, precisamos saber o que o município tem à sua disposição e, é provável, que descobriremos que há muito mais recursos disponíveis e potencialmente disponíveis do que imaginamos. Chamamos estes recursos de “*gestão*”, porque são aqueles que a administração municipal tem ao seu dispor para gerar resultados.

Depois, precisamos acompanhar o *desenvolvimento* proposto e verificar se este está produzindo efeitos: se a economia local está melhorando e se há avanços na infraestrutura necessária para sustentar e apoiar a população e as diferentes atividades econômicas. Finalmente, precisamos ter certeza de que esses efeitos trazem melhorias sociais para a população na sua qualidade de vida e na redução das desigualdades (*desenvolvimento social*).

Em cada um desses campos, fomos buscar dados e informações que estão disponíveis não somente para o gestor municipal e sua equipe, mas também para os membros da Câmara de Vereadores e para qualquer cidadão que queira acompanhar e discutir o que está sendo feito para melhorar o desenvolvimento econômico e social de seu município.

Gestão

Os recursos mais visíveis são os financeiros. Aqui faremos uma distinção entre as *receitas de origem local*, aquelas que o poder local pode efetivamente influenciar, e outras receitas que vêm de transferências do governo estadual ou federal. Um exemplo de receita de origem local é o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana). Já os recursos oriundos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) são um exemplo de transferência do Governo Federal para ajudar nas despesas em educação. Poderia haver também um outro tipo de receita via convênios para atividades específicas, tanto do nível estadual quanto do federal.

Os recursos financeiros entram, mas também saem em gastos. Saber onde o município gasta o que tem é também importante, especialmente quando nossa preocupação são *Ações* que contribuem para o desenvolvimento local. Funcionários municipais qualificados podem ser registrados nos balanços contábeis como gastos, mas antes disso são recursos chaves. Grande parte dos serviços públicos depende da capacidade e competência de seu corpo técnico, especialmente aqueles que estão em contato direto com a população, como nos postos de saúde da família, nas escolas, no atendimento aos pequenos produtores agrícolas e na garantia de bem estar.

Outros recursos importantes – e muitas vezes esquecidos – são frutos de alianças e acordos com municípios vizinhos, por exemplo, por meio de consórcios, ou com organizações da sociedade civil local para desenvolverem projetos específicos ou que resultam das ações de agências e organizações estaduais, federais ou até internacionais. A presença no município de técnicos de agências, incluindo bancos públicos, pode ajudar bastante os esforços em certas áreas de atuação, sejam elas urbanas ou rurais.

Desenvolvimento Econômico Local

O próximo passo é monitorar os efeitos das ações que estão sendo elaboradas em prol do desenvolvimento. Como há muitos caminhos diferentes que podem resultar em ações que por sua vez podem gerar desenvolvimento, aqui nossa estratégia é o olhar a partir do desenvolvimento em si, separando os aspectos econômicos e os aspectos de infraestrutura e serviços. Precisamos de indicadores que estão disponíveis para todos, porque consideramos que a discussão sobre o desenvolvimento local é um assunto para todos. Escolhemos, portanto, alguns indicadores econômicos mais visíveis da economia formal, incluindo o Produto Interno Bruto (PIB) municipal e o Valor Adicionado municipal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além de alguns outros como a frota de veículos. Esses indicadores refletem tanto o formal quanto o informal, porque se referem às consequências do dinheiro que está em circulação. Por causa de sua natureza mais capilar, indicadores qualitativos são importantes para a área informal. Para o desenvolvimento da infraestrutura, focalizamos os indicadores básicos de serviços de abastecimento: telefonia, água, lixo e eletricidade.

Desenvolvimento Social e Redução das Desigualdades

Aqui temos a razão de ser das ações locais: a melhoria na qualidade de vida e a

redução das desigualdades. Felizmente, neste campo contamos com indicadores confiáveis nas áreas da saúde, educação e também renda familiar; áreas chaves para o bem estar e a equidade. Por exemplo, na área de saúde, informações sobre mortalidade infantil são um indicador importante não somente da saúde materna, mas também do contexto geral no qual as crianças estão inseridas. A cobertura do Programa de Saúde da Família (PSF) é outro indicador importante não apenas da gestão em saúde, mas também da redução de desigualdades e de melhoria na igualdade de tratamento. Em termos de educação, a distorção entre idade da criança e série estudada aponta para a redução do déficit escolar. Na área de renda familiar, os dados sobre o Programa Bolsa Família permitem não somente acompanhar sua efetiva cobertura, mas também, posteriormente, podem virar importantes indicadores de desenvolvimento econômico local, na medida em que menos famílias necessitem de seu apoio. Há também diversas possibilidades de indicadores qualitativos que podem ser construídos em cada lugar. Estes e os outros indicadores mencionados anteriormente estão listados na tabela resumo. Na próxima parte, veremos cada um em maiores detalhes.

Eixo	Grupo		Indicador
Gestão	Receitas Locais		IPVA
			IPTU
			ISS
			ICMS
			IRPF
			Outras
	Transferências		FPM
			FUNDEB (ex FUNDEF até 2007)
			FNS/SUS
			Apoio à Alimentação Escolar Básica
Convênios		Convênios Municipais	
Gasto Municipal		Categoria Econômica	
		Função	
Capacidade de Resposta		Escolaridade	
		Composição do quadro de funcionários	
Ficha		Políticas, Programas e Ações	
Desenvolvimento Econômico Local	Atividade Econômica	Formal	PIB
			Perfil da Frota
			Habitantes/frota
			Componente do Valor Adicionado municipal do ICMS
		ISS	
		Informal	Qualitativo
	Infraestrutura e Serviços	Quantitativos	Telefones Públicos
			Cobertura de Coleta de Lixo
			% de famílias com Abastecimento de água potável - rede pública e poço
		% de famílias com Energia Elétrica	
	Qualitativos		
Desenvolvimento Social e Redução das Desigualdades	Quantitativos	Saúde	Mortalidade Infantil
			Proporção da população coberta pelo PACS + PSF
			% de grávidas com - de 4 consultas pré-natal (nascidos vivos)
			Proporção de nascidos vivos com Baixo peso ao nascer
		Educação	Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental
			IDEB - Ensino Fundamental
		Renda Familiar	Número de Famílias
			Número de Famílias Cadastradas no Perfil BF
	Número de Famílias Beneficiárias Habilitadas ao BF - Benefício Liberado		
		Cobertura do BF	
Qualitativos			

Gestão

Receita Local

O conjunto de indicadores reunidos em “receita local” agrupa os tributos que compõem a receita arrecadada pelo próprio município e sobre a qual o gestor municipal pode agir e direcionar suas ações políticas. Não depende de outros, sejam do nível estadual ou federal. Incluímos dois tributos (ICMS e IPVA) que normalmente são considerados como transferências, porque são repassados para o município pelos órgãos estaduais competentes, embora sua origem seja municipal, e sua contribuição para os recursos municipais pode ser significativa. Por exemplo, o ICMS é uma expressão direta das atividades econômicas formais registradas no município e parte é devolvida para o governo local; portanto, quanto maior a atividade econômica formal, mais o município receberá de ICMS. A maneira pela qual o cálculo do repasse é feito pode variar de Estado para Estado, mas no mínimo 75% do rateio que o Governo do Estado faz entre os municípios precisa respeitar as atividades econômicas e serviços prestados formalmente no nível local. Igualmente, é bom lembrar que parte do IPVA também é devolvida para os cofres municipais; por esta razão, é importante que os municípios registrem seus veículos anualmente e o façam no próprio município.

Outro exemplo: o IRPF que está incluído nestes indicadores se refere ao Imposto de Renda de Pessoa Física deduzido pelo município quando paga seus servidores. Por um acordo, essas quantias não são enviadas para a Receita Federal, mas permanecem no município como um crédito. Portanto, quanto mais a prefeitura regularizar a situação de trabalho de seus funcionários, mais ela receberá de volta em termos de crédito do imposto.

Os indicadores são:

- IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores;
- IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte;
- IRPF - Imposto de Renda de Pessoa Física;
- Outras fontes de arrecadação.

Onde encontrar:

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
IPVA	STN	Anual	Ao entrar no link abaixo, clique em “Estados e Municípios” na coluna à esquerda. Depois, no meio da página, em Documentos Relacionados, clique em “Situação Fiscal do seu Município”. Leia e siga as instruções e, uma vez com o arquivo do seu Município em seu computador, basta selecionar “Situação Fiscal” > “Anual”. Depois, com o orçamento municipal em sua tela, basta selecionar as alíneas em questão.
IPTU	STN	Anual	
ISS	STN	Anual	
ICMS	STN	Anual	
IRPF	STN	Anual	
Outras	STN	Anual	

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> (STN: Secretaria do Tesouro Nacional)

Transferências

As transferências são recursos recolhidos por um ente federativo e transferidos a outros entes federativos ou diretamente repassados a cidadãos. Algumas dessas transferências, por terem sua origem em atividades locais, já foram classificadas como parte da receita local. Aqui privilegiamos os repasses feitos para garantir políticas e programas específicos, os quais têm geralmente o objetivo de amenizar as desigualdades regionais e promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios. São elas:

- FPM - Fundo de Participação dos Municípios;
- FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
- FNS/SUS - Repasses do Fundo Nacional de Saúde para o Sistema Único de Saúde;
- Transferência de recursos de “apoio alimentar para educação básica” dentro do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Onde encontrar:

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
FPM	STN	Anual	Ao entrar no link abaixo, clique em “Estados e Municípios” na coluna à esquerda. Depois, no meio da página, em Documentos Relacionados, clique em “Situação Fiscal do seu Município”. Leia e siga as instruções e, uma vez com o arquivo do seu Município em seu computador, basta selecionar “Situação Fiscal” > “Anual”. Depois, com o orçamento municipal em sua tela, basta selecionar as alíneas em questão.
FUNDEB	STN	Anual	
FNS/SUS	STN	Anual	

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
Apoio à Alimentação Escolar Básica	Portal Transpa-rência	Anual	Ao entrar no link abaixo, realize uma busca em “Transferências de Recursos”, escolha o ano em “Exercício”, selecione “por ação de Governo” e clique em “Consultar”. Ao final da primeira página de ações, no campo pesquisa, digite: “Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica” e clique em “OK”. Selecione essa ação. Selecione o seu estado e em seguida o seu município. Realize a pesquisa para cada ano.

<http://www.transparencia.gov.br/>

Convênios

O convênio é um tipo de contrato ou instrumento legal, que rege os compromissos entre dois ou mais participantes (Governo Federal e Prefeitura, por exemplo) que tenham interesse em atingir um objetivo comum, mediante a formação de parceria específica. Não são automáticos para todos os municípios como nas transferências da seção anterior que somente depende da correta prestação de contas. No conjunto de indicadores de receita, os convênios representam aqueles programas, projetos ou atividades que foram empreendidos conjuntamente entre seu município e algum órgão da administração direta ou indireta, de qualquer esfera de governo. Nesse conjunto, destacamos os convênios realizados com a União e com o Estado. Infelizmente, nem todos os convênios que estão em andamento na municipalidade estarão disponíveis para consulta aberta, principalmente as informações estaduais. No Portal da Transparência no âmbito federal, há mais informações disponíveis, mas devemos todos incentivar para que essas informações se tornem públicas. As parcerias firmadas com organizações não governamentais serão tratadas individualmente na “ficha de políticas”.

Onde encontrar:

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
Convênios Municipais	Portal Transparência	Anual	Ao entrar no link abaixo, selecione na barra “Convênios”, depois marque a opção “por Estado/Município” e clique em “Efetuar Consultas”, depois selecione o seu Estado e, por fim, o seu município. As informações estarão dispostas em ordem cronológica, porém não há o valor total de cada ano. Para calcular o valor total anual, basta copiar as informações e realizar as somas, segundo os anos, obtendo o montante de convênio em determinado ano.

<http://www.transparencia.gov.br/>

Gasto Municipal

Como sabemos, na nossa vida diária, podemos ter às vezes pouca receita, mas aprendemos a gastar bem o que temos. E, às vezes, a situação é o contrário. Portanto, além de ter domínio sobre a composição das fontes de arrecadação da sua receita, o gestor municipal e as diferentes organizações, grupos, comunidades e residentes interessados no desenvolvimento local precisam saber como essa receita é empregada, para que possam avaliar se a distribuição é adequada à realidade local e, se necessário, discutir alternativas. Há várias formas de agrupar os gastos de um município; algumas delas são complicadas e difíceis de seguir. Escolhemos duas: “*categoria econômica*” e “*função administrativa*”. A classificação de categoria econômica se refere à diferença entre despesas com investimentos, por exemplo, construir uma praça, e as despesas correntes. *Corrente* é o termo utilizado para se referir àqueles gastos constantes e recorrentes do dia a dia; por exemplo, contas de luz, compras de papel e pagamento de salários. Repartir os gastos por função é uma forma complementar de olhar o uso do dinheiro público, porque permite entender com clareza quais áreas-fim de atuação governamental estão sendo adequadamente contempladas dentro das disponibilidades de gasto municipal, e se a distribuição dos montantes é coerente com as diretrizes políticas estabelecidas pelo governo.

Onde encontrar:

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
Categoria Econômica	STN	Anual	Ao entrar no link abaixo, clique em “Estados e Municípios” na coluna à esquerda. Depois, no meio da página, em Documentos Relacionados, clique em “Situação Fiscal do seu Município”. Leia e siga as instruções e, uma vez com o arquivo do seu Município em seu computador, basta selecionar “Situação Fiscal” > “Anual”. Depois, com o orçamento municipal em sua tela, basta somar as alíneas em questão para obter os gastos por categoria econômica (as despesas não financeiras, isto é, com pessoal e outras despesas correntes e de capital) ou por função (as despesas já estão organizadas por função, isto é, educação e cultura, saúde e saneamento, administração e planejamento, habitação e urbanismo, assistência e previdência, legislativa, transportes e demais).
Função	STN	Anual	

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Capacidade de Resposta

A capacidade de resposta é um perfil do funcionalismo público municipal, traçado a partir dos níveis de escolaridade e do tipo de vínculo dos servidores. Usamos a expressão *capacidade de resposta*, para chamar atenção ao potencial da equipe de funcionários

municipais como um todo. Ao analisar seu perfil, torna-se possível avaliar se este é adequado para viabilizar o alcance dos objetivos políticos da gestão e, se não é, o que é necessário fazer para adequá-la a esses objetivos. Utilizamos dois indicadores: um que apresenta a distribuição dos níveis de escolaridade dos funcionários da administração direta municipal e outro que apresenta a distribuição dos tipos de vínculo empregatícios dos servidores com o poder público na administração direta. Isto permite avaliar o balanço entre funcionários estáveis, cargos comissionados, estagiários e outras formas de contratação.

Onde encontrar:

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
Escolaridade	IBGE - Munic	2 em 2 anos	Ao entrar no link abaixo, na coluna do lado esquerdo, cliquem em “Perfil dos Municípios Brasileiros”. Uma nova janela será aberta e, no lado esquerdo clique em “Pesquisa Básica”, depois escolha o ano desejado da Munic. Novamente na barra do lado esquerdo, clique em “Banco de Dados”. Na caixa à esquerda, selecione o Estado desejado, escreva o nome de seu municípios e clique em “buscar”. Em baixo desse campo, aparecerá uma pequena caixa, com o resultado da pesquisa, depois, é só clicar no nome do município. Por fim, selecione “Composição do quadro de pessoal da administração direta.”

<http://www.ibge.gov.br> (Munic: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Pesquisa realizada pelo IBGE, realiza um levantamento detalhado das informações sobre a estrutura, dinâmica e o funcionamento das Prefeituras Municipais. A cada nova pesquisa, um novo conjunto de questões é trabalhado, contudo algumas informações básicas sobre a estrutura dos municípios são sempre mantidas).

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
Composição do quadro de funcionários	IBGE - Munic	2 em 2 anos	Ao entrar no link abaixo, na coluna do lado esquerdo, cliquem em “Perfil dos Municípios Brasileiros”. Uma nova janela será aberta e, no lado esquerdo clique em “Pesquisa Básica”, depois escolha o ano desejado da Munic. Novamente na barra do lado esquerdo, clique em “Banco de Dados”. Na caixa à esquerda, selecione o Estado desejado, escreva o nome de seu municípios e clique em “buscar”. Em baixo desse campo, aparecerá uma pequena caixa, com o resultado da pesquisa, depois, é só clicar no nome do município. Por fim, selecione “Composição do quadro de pessoal da administração direta.”

<http://www.ibge.gov.br> (Munic: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Pesquisa realizada pelo IBGE, realiza um levantamento detalhado das informações sobre a estrutura, dinâmica e o funcionamento das Prefeituras Municipais. A cada nova pesquisa, um novo conjunto de questões é trabalhado, contudo algumas informações básicas sobre a estrutura dos municípios são sempre mantidas).

Ficha de Políticas, Programas e Ações

A Ficha de Políticas, Programas e Ações é um instrumento que desenvolvemos durante nossas muitas conversas com gestores municipais e que busca, antes de tudo, ajudar na construção de um panorama sobre o que está acontecendo no município em termos de ação de interesse público. Incluímos atores, não só de âmbito federal e estadual – lembrando que todos são parte do pacto federativo –, como também associações da sociedade civil e das comunidades locais. Em suas diferentes maneiras, todas podem contribuir com ações que afetam diretamente ou indiretamente o desenvolvimento local.

Neste cenário, é importante que o gestor municipal e outras pessoas envolvidas na discussão sobre o desenvolvimento do município enxerguem essa arena de ações e avaliem, por exemplo, se há congruência entre as ações, para assim discutirem o que falta ou de que forma poderiam articular melhor suas diferentes contribuições. Por exemplo: a criação de um Consórcio Intermunicipal de Saúde pode ser um caminho para que os municípios consigam ter uma melhor gestão dos recursos destinados à saúde, contribuindo para sua melhoria na região. Alianças com grupos locais podem auxiliar e impulsionar a implantação de políticas públicas. Tornar visíveis as ações de outras esferas de governo ou de agências de desenvolvimento pode ajudar a identificar também técnicos com conhecimento importante para o município, que podem ser convidados para apoiar a capacitação de funcionários e comunidades locais.

A função da ficha é ajudar nesta avaliação, tornando visíveis as diferentes políticas públicas, programas e ações presentes. Distinguimos entre níveis e tipos de ação de governos. Nos níveis, estão presentes as agências, consórcios, organizações da sociedade civil dentre outras. Nos tipos de ação (por exemplo, ações diretas do governo federal e entre o foco da política, programa ou ação), se enfatizam a atividade econômica, a área de infraestrutura e serviços, o desenvolvimento cultural, social, a participação e senso de identidade local. Há espaço para listar as diferentes políticas, programas ou ações de modo que é possível ter uma visão mais ampla sobre o que se passa no município e como agir para aumentar, articular, complementar e melhorar seus resultados e impactos. Não há um lugar específico para levantar essas informações e o objetivo também não é ser exaustivo na descrição. No início, há um pouco de trabalho de “detetive”, mas, uma vez no caminho, em geral, há surpresas sobre o quanto de fato está acontecendo e, por outro lado, o quanto se pode fazer melhor uso de seu potencial.

Origem das Políticas, Programas ou Ações						
Nível	Cód.	Tipo	Nome/Descrição da política, programa ou ação	Foco na atividade econômica	Foco na infraestrutura e serviços	Foco na identidade, cultura e participação
1. GOVERNO FEDERAL	1.1.	Ações Diretas do Governo Federal	1.			
			2.			
			3.			
			4.			
			5.			
1.2	Ações Indiretas do Governo Federal (repasses e fundos)	1.				
		2.				
		3.				
		4.				
		5.				
1.3	Ações de Agências de Desenvolvimento (Bancos, Embrapa, Sebrae, Sudene, etc.)	1.				
		2.				
		3.				
		4.				
		5.				
2. GOVERNO ESTADUAL	2.1	Ações Diretas do Governo Estadual	1.			
			2.			
			3.			
			4.			
			5.			
			6.			
2.2	Ações Indiretas do Governo Estadual (repasses e fundos descentralizados com obrigações)	1.				
		2.				
		3.				
		4.				
		5.				
3.1	Ações Intermunicipais (Associação, Consórcio, Conselho, Comitê)	1.				
		2.				
		3.				
		4.				
		5.				
3.2	Ações Diretas independentes e autônomas do Governo Municipal	1.				
		2.				
		3.				
		4.				
		5.				
3.3	Ações independentes e autônomas de adaptação, adequação e utilização de recursos e políticas de outras esferas públicas pelo Governo Municipal	1.				
		2.				
		3.				
		4.				
		5.				
3.4	Ações conveniadas do Governo Municipal com atores sociais locais	1.				
		2.				
		3.				
		4.				
		5.				
4.1	Ações públicas entre estado e sociedade de base regional	1.				
		2.				
		3.				
		4.				
		5.				
4.2	Ações públicas entre estado e sociedade de base local	1.				
		2.				
		3.				
		4.				
		5.				
5.1	Ações independentes (igrejas, associações)	1.				
		2.				
		3.				
		4.				
		5.				
5.2	Ações independentes (empresas, ONGs)	1.				
		2.				
		3.				
		4.				
		5.				

Desenvolvimento econômico local

Não há uma definição formal de desenvolvimento local, mas nas nossas conversas e visitas a municípios em diferentes partes do país foi possível ver que pessoas usam a expressão para se referirem a questões que podem ser no âmbito municipal, submunicipal, ou intermunicipal, ou seja, que são vinculadas ao território específico e às possibilidades ali presentes: daquele local! A busca é de oferecer condições para uma vida digna, solidária e sustentável, via ações que geram melhorias tangíveis nas condições cotidianas (econômicas, sociais, políticas e cívicas). Desenvolvimento local, portanto, é uma noção ampla e, para torná-la mais concreta, separamos seus diferentes aspectos em duas partes. Primeiro, os aspectos econômicos e de infraestrutura (que chamamos desenvolvimento econômico local) e, em seguida, os aspectos sociais e de redução das desigualdades, que se referem a uma vida digna, em que há cada vez mais *a igual chance* para todos crescerem e viverem uma vida digna com oportunidades (desenvolvimento social). Separamos os dois também, porque, frequentemente, a ênfase maior nas ações em prol do desenvolvimento concentra-se na parte econômica, sendo presumido que, se a economia estiver bem, o restante seguirá automaticamente. Infelizmente, não é o caso! Há muitos exemplos de municípios onde o aumento de atividade econômica pouco traz de retorno social, ou onde os gestores locais têm dificuldade em articular ações que poderiam melhorar a receita efetiva e permitir maior e mais *igual chance* para os residentes urbanos e rurais, ou até mesmo ações que aprofundariam as desigualdades. Separamos, portanto, para permitir que se destaquem melhor os resultados e as consequências.

Buscamos indicadores que refletem a atividade econômica, que podem ser facilmente coletados na internet e que não requerem recursos estatísticos para a sua construção e compreensão. Por esse motivo, abrimos mão de indicadores mais sofisticados, como índices de desemprego, ou da economia informal, porque esses indicadores são somente disponíveis para certas áreas metropolitanas e não estão disponíveis para os pequenos municípios. Os indicadores que selecionamos, mesmo simples, refletem bem o cenário geral da economia do município.

Atividade Econômica Formal

Os indicadores de atividade econômica formal são aqueles que documentam movimentações financeiras, a renda de pessoas, ou indicam indiretamente que a atividade econômica está ocorrendo, como no caso dos dados sobre a frota de veículos.

Esse conjunto de indicadores permite à equipe de gestão municipal, Câmara de Vereadores e todos os interessados no desenvolvimento local avaliarem se medidas para o incentivo de atividades econômicas estão tendo resultados. Em outras palavras, como estão os resultados econômicos da localidade. São eles:

- PIB (Produto Interno Bruto): É a somatória de todos os bens e serviços produzidos no município, portanto, permitindo acompanhar o comportamento da economia formal.

- Perfil da frota: O perfil da frota de veículos permite compreender se há aumento do número de veículos destinados à produção, como tratores ou caminhões, que poderiam sinalizar um aquecimento na economia, pois aquele bem produzirá riqueza para a localidade. O número de veículos de passeio também indica uma movimentação econômica, pois, mesmo que o dinheiro utilizado para a compra do veículo não esteja na economia formal, ao efetuar a compra, essa movimentação fica registrada.

- Habitantes por veículo: Pode-se acompanhar a evolução da frota geral em relação à população. A dificuldade aqui é com o cálculo do número de habitantes que nem sempre é atualizado, mas há formas de estimar as quais são utilizadas, por exemplo, na área da saúde.

- O componente do Valor Adicionado municipal do ICMS. O Valor Adicionado é o principal componente do índice e é publicado anualmente para cada município como parte do índice de participação. Reflete a atividade econômica da localidade, pois quanto maior a atividade econômica, maior será o valor adicionado e, conseqüentemente, o índice.

- ISS: O ISS já foi utilizado no eixo de gestão, mas aparece novamente na atividade econômica formal, interpretado de outra maneira. Isso porque, levando em consideração o valor da alíquota, a alteração de volume de imposto pode indicar um aumento da atividade econômica.

Onde encontrar:

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
PIB	IBGE	Anual	Entre no link abaixo e passe o mouse sobre “Economia”, um dos ícones localizados na parte superior da janela, clique em “Produto Interno Bruto dos Municípios”. Na coluna do lado esquerdo, clique em “Banco de Dados (em formato zip)”. Uma nova janela será aberta e então clique em “Banco de dados.zip”. Salve o arquivo em seu computador. Descompacte-o. Abra o arquivo: “base.xls”. Basta realizar uma busca no seu editor de planilhas, digitando “ctrl + L”, na janela de localizar, digite o nome de seu município, e vai clicando “Localizar próxima” até pegar as informações para cada ano desejado na coluna “pib”. Verifique sempre o ano e se a UF localizada pelo editor é do seu município, caso não seja, clique em “Localizar próxima” até encontrar, pois há alguns municípios com o mesmo nome em nosso país.
Perfil da Frota	IBGE	Varia de estado para estado	Ao entrar no link abaixo, clique na coluna à esquerda em “Cidades@”. Uma nova janela se abrirá. Na barra de pesquisa, no canto superior direito, digite o nome do município. Selecione-o na janela que irá se abrir. Clique em “Frota”. Alguns Estados mantêm séries históricas (por exemplo, São Paulo – SEADE).
Habitantes/frota	Indicador próprio	Cálculo próprio	Dividir o número de habitantes do município pelo número total de veículos da frota anual, obtida no item “perfil da frota”. Se desejar, pode-se fazer um acompanhamento por tipo de veículo.

<http://www.ibge.gov.br>

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
Valor Adicionado do ICMS	Secretarias Estaduais da Fazenda	Anual	Procure na Secretaria da Fazenda ou de Finanças de seu Estado. A informação também é disponível na Secretaria de finanças ou Planejamento do município.

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
ISS	STN	Anual	Ao entrar no link abaixo, clique em “Estados e Municípios” na coluna à esquerda. Depois, no meio da página, em Documentos Relacionados, clique em “Situação Fiscal do seu Município”. Leia e siga as instruções e, uma vez com o arquivo do seu Município em seu computador, basta selecionar “Situação Fiscal” > “Anual”. Depois, com o orçamento municipal em sua tela, basta selecionar o ISS.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Atividade Econômica Informal

Não há indicadores de economia informal para os pequenos municípios, mas isso não é razão para desistir. A alternativa é optar por uma análise qualitativa da economia informal da região. Há diversas dicas aqui: feiras municipais, serviços de controle de

saúde animal, conversas no comércio sobre os meios de pagamento (dinheiro, cheques de terceiros), movimento agrícola, presença dos empreendimentos locais nas licitações públicas, movimentação bancária e presença de caixas automáticos. Dependerá da dinâmica do lugar e seus resultados podem ser chaves para a discussão sobre o desenvolvimento econômico.

Infraestrutura e Serviços (Quantitativos)

A oferta e possibilidade de acesso aos elementos básicos de infraestrutura e serviços públicos sinalizam para a qualidade e as condições de desenvolvimento econômico local. Quanto mais próxima de 100% for a cobertura destes itens, mais equitativas serão as oportunidades de qualquer cidadão se desenvolver. Os indicadores que recomendamos são:

- Telefones públicos;
- Cobertura de coleta de lixo;
- Percentual de famílias com Abastecimento de água potável – rede pública e poço;
- Percentual de famílias com Energia Elétrica.

Onde Encontrar:

Indicador	Fonte	Periodicidade da série histórica	Caminho
Telefones Públicos	ANATEL	Mensal	Entre no link abaixo e selecione “SGMU – Sistema de Gestão das Metas de Universalização”. Uma nova janela se abrirá. Clique em “Consultar” → “Dados Telefones Públicos por Município/Localidades”. Selecione sua UF e Município. No item “Localidade”, selecione o próprio município novamente e, no item “Bairro”, deixe como está. Em “Característica do TUP”, basta selecionar apenas “Instalado em local acessível ao público 24 hrs/dia”. O período de referência estará no último mês disponível. Em seguida, clique em “Continuar” no canto inferior direito. Será possível visualizar não apenas o número de telefones públicos disponíveis, como também aqueles que estão preparados para atender pessoas com necessidades especiais. Para observar a variação anual, basta repetir a operação desejada, alterando o período de referência para cada mês do ano desejado.

<http://sistemas.anatel.gov.br>

Indicador	Fonte	Periodicidade da série histórica	Caminho
Cobertura de Coleta de Lixo	Datasus	Anual	Entre no link abaixo e selecione, no lado esquerdo, “Assistência à Saúde” → “Situação de Saneamento” → em cima do mapa que aparecerá selecione “Brasil por Região, UF e Município”. Selecione, em “linha”, a categoria “município”; em “coluna”, a categoria “ano”; e em “conteúdo”, a categoria “lixo - coletado”. Selecione os anos desejados (é possível selecionar vários anos de uma vez). Depois, na categoria “Unid. Fe-deração”, selecione o seu Estado. Clique em “Mostra”. Aparecerá uma janela com todos os municípios de seu Estado e os anos selecionados. Basta procurar o município em questão.
% de famílias com Abastecimento de água potável - rede pública e poço	Datasus	Anual	Realize os mesmos procedimentos descritos acima, porém, na categoria “conteúdo” selecione “Ab água-rede públ”, depois repita o procedimento para “Ab água-poço/nasc”. Some os dois dados e depois divida pelo número de famílias do município (para obter esse dado siga os procedimentos descritos em “Número de Famílias” no eixo Desenvolvimento Social e Redução de Desigualdades).
% de famílias com Energia Elétrica	Datasus	Anual	Realize os mesmos procedimentos descritos acima, porém, na categoria “conteúdo” selecione “Energia Elétrica”. Depois divida pelo número de famílias do município (para obter esse dado siga os procedimentos descritos em “Número de Famílias”, desta cartilha, no eixo Desenvolvimento Social e Redução das Desigualdades).

<http://tabnet.datasus.gov.br> (Datasus: Departamento de Informática do SUS, órgão que sistematiza e disponibiliza diversas informações sobre o Sistema Único de Saúde -SUS).

Infraestrutura e Serviços (Qualitativos)

A infraestrutura e os serviços também dependem de uma análise qualitativa, por exemplo, as condições de acessibilidade ao município, isto é, como estão as condições das estradas que nele chegam, ou como está a conservação de suas vias públicas, ou como é o transporte público municipal e intermunicipal. Conversas com pessoas ativas nas comunidades podem ajudar, como também Agentes Comunitários de Saúde e outros, com um contato com o cotidiano do município. Essas informações qualitativas nos auxiliam na compreensão das desigualdades que podem se materializar na infraestrutura à disposição para a sociedade.

Desenvolvimento social e redução das desigualdades

Aqui está a razão de ser de nossas ações públicas locais. A qualidade de vida e a dignidade do convívio das pessoas que são a base de cada município, seus residentes, seus eleitores, crianças, adolescentes, famílias, idosos. Há aqui, como na área econômica, muitos indicadores potencialmente disponíveis, alguns que geram *rankings* do tipo campeonato de futebol, outros que combinam dados diferentes em fórmulas matemáticas difíceis de compreender. Todos são, entretanto, úteis e têm seu potencial de contribuição. Nossa opção, como sempre, foi de buscar indicadores simples e claros que estão disponíveis para todos e que podem efetivamente apontar o que está acontecendo ano após ano. Como nossa preocupação no campo do desenvolvimento local é com a avaliação das consequências das ações na redução das desigualdades - e desigualdades são sempre menos visíveis nas estatísticas do que na vida real diária -, utilizamos aqueles indicadores que nos permitem dizer se está havendo um aumento nas possibilidades de pessoas terem *igual chance* de progredir dignamente em sua vida, de desenvolver sua vida com civilidade. Optamos por indicadores nas áreas da saúde, educação, renda familiar e também indicadores qualitativos.

Saúde

Os indicadores de saúde no seu conjunto refletem a noção de *igual chance* não somente em relação a uma vida saudável, mas também à vida propriamente dita. Utilizamos quatro que são bastante respeitados e recomendados por organizações e agências que trabalham com infância e com saúde coletiva:

- Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos);
- Proporção da população coberta pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e do Programa Saúde da Família (PSF);
- Percentual de grávidas com menos de 4 consultas pré-natal;
- Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (menos do que 2,5kg).

Onde Encontrar:

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
Mortalidade Infantil	Datasus	Anual	Entre no link abaixo e clique em “Informações de Saúde”, depois em “Indicadores de saúde” no menu à esquerda. Em seguida selecione “Cadernos de Informações de Saúde” → “OK”. Clique em seu Estado no mapa do Brasil, depois clique no município desejado. Salve o arquivo em seu computador. Abra esse arquivo, selecione “Mortalidade”. O índice de mortalidade infantil estará na última linha da tabela.
Proporção da população coberta pelo PACS + PSF	Datasus	Anual	Entre no link abaixo e clique em “Informações de Saúde”, depois em “Indicadores de saúde” no menu à esquerda. Em seguida selecione “Cadernos de Informações de Saúde” → “OK”. Clique em seu Estado no mapa do Brasil, depois clique no município desejado. Salve o arquivo em seu computador. Abra esse arquivo, selecione “Atenção Básica”. A cobertura do programa estará na coluna “% população coberta pelo programa”.

<http://tabnet.datasus.gov.br>

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
% de grávidas com - de 4 consultas pré-natal (nascidos vivos)	Datasus	Anual	Entre no link abaixo e clique em “Informações de Saúde”, depois em “Estatísticas Vitais” no menu à esquerda. Em seguida, selecione “Nascidos Vivos – desde 1994” → “OK”. Clique em seu Estado no mapa do Brasil. Na categoria “coluna” selecione “Consult pré-natal”. Selecione o Período desejado (O sistema não permite selecionar mais de um período). Na categoria “município”, selecione o município desejado. Depois, na categoria “consult pré-natal” selecione “todas as categorias”. Clique em “mostra”. Para calcular a porcentagem de grávidas com número de consultas pré-natal menor que 4, basta somar o número das colunas “Nenhuma” e “de 1 a 3 consultas” e dividir pelo total de consultas no município para aquele ano.
Proporção de nascidos vivos com Baixo peso ao nascer	Datasus	Anual	Entre no link abaixo e clique em “Informações de Saúde”, depois em “Estatísticas Vitais” no menu à esquerda. Em seguida, selecione “Nascidos Vivos – desde 1994” → “OK”. Clique em seu Estado no mapa do Brasil. Na categoria “coluna” selecione “Peso ao nascer”. Selecione o Período desejado (O sistema não permite selecionar mais de um período). Na categoria “município”, selecione o município desejado. Depois, na categoria “peso ao nascer”, selecione “todas as categorias”. Clique em “mostra”. Para calcular a proporção de nascidos com baixo peso, basta somar as colunas “menos de 500 g”, “500 g a 999 g”, “1000 g a 1499 g” e “1500 g a 2499 g” e dividir pelo total de nascimentos. (Lembrando que nascimentos com menos de 2500 g, são considerados de baixo peso).

<http://tabnet.datasus.gov.br>

Educação

Na área de educação, escolhemos dois indicadores. O primeiro, Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental, é produzido pelo Governo Federal a partir de dados municipais e mede a diferença entre a idade real dos alunos que estão em cada série escolar e a idade para a qual a série foi projetada e construída. Quanto mais

crianças ficarem para trás, tendo dificuldade em acompanhar a série, maior será a taxa de distorção; uma reflexão da qualidade escolar. Entretanto, alguns estados utilizam modelos de progressão continuada em que essa taxa é difícil de calcular; nestes casos, poderia ser necessário buscar uma alternativa. O segundo indicador é um indicador composto que foi criado em 2007: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ele busca medir a qualidade das escolas por meio de diversos dados disponíveis. Não é tão simples de entender quanto talvez gostaríamos que fosse, mas os dois juntos permitem fazer as perguntas necessárias para iniciar uma discussão sobre a qualidade e a equidade da educação oferecida em âmbito municipal.

Onde encontrar:

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental	EDUDATABRASIL	Anual	Entre no site, clique, no menu do lado esquerdo, em “Indicadores”, depois “Eficiência e Rendimento Escolar” e selecione “Distorção Idade=Série”. Na área do lado direito, selecione os anos desejados. Em “dependência/categoria Administrativa”, selecione “pública”, e em “Série” marque “Fundamental”. Depois, clique em “Abrangência Geográfica” no menu verde no canto superior direito. Em seguida, Clique na guia “Município”, Depois basta selecionar o seu Estado do lado direito e clicar em “>”, que aparece no meio da tela, depois escolha seu município no menu do lado direito e marque a opção “Selecionar” acima da lista com os nomes dos municípios do Estado. E finalize clicando em “gerar relatório” no menu verde. Uma nova janela será aberta, escolha se deseja ver os dados na janela de seu navegador (marque a opção “html”) ou se deseja salvar uma planilha em seu computador (marque a opção “MS-excel”). Depois clique em “Continuar”.

<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/> (EDUDATA: Sistema de Estatísticas Educacionais, é uma ferramenta elaborada pelo INEP do Ministério da Educação, criando um sistema de consulta para os indicadores educacionais do país.)

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
IDEB – Ensino Fundamental	INEP	2 em 2 anos	Ao entrar no site, clique em “Planilhas para download”. Depois, dentro de Municípios, clique em “Ensino Fundamental Regular - Séries Iniciais (Até a 4ª série)” e “Ensino Fundamental Regular - Séries Finais (5ª a 8ª série)”. Em cada um dos links, baixe e salve o arquivo em seu micro, depois selecione o município desejado.

<http://portalideb.inep.gov.br/> (INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Renda familiar

Normalmente somente há dados disponíveis sobre renda familiar a partir do Censo Demográfico, que ocorre a cada dez anos, ou do censo amostral ou de outros estudos específicos em certas áreas metropolitanas. Sendo assim, seria muito difícil para um município de pequeno porte saber qual a sua situação. Entretanto, há uma possibilidade: os indicadores provenientes do Programa Bolsa Família. Podemos pensar sobre o Bolsa Família em três fases. Na primeira fase, a de extensão, a preocupação da equipe de gestão, responsável no âmbito municipal e no Ministério, é com a ampliação e extensão da bolsa a todas as famílias que dela necessitam. Nessa fase, a tendência seria o número de famílias atendidas crescer de ano para ano. Na segunda fase, há uma relativa estabilidade, representando a criação de uma plataforma de sustentação da base de seguridade alimentar e de certas necessidades. Nessa fase, os dados indicam o número de famílias que estão potencialmente em risco e que certamente não estão tendo uma *igual chance*. Numa terceira fase, especialmente quando houve ações específicas no campo de desenvolvimento econômico e que estas ampliaram a possibilidade de pessoas terem uma *igual chance* de acessar oportunidades de melhoria de renda, deveria haver uma redução do número de famílias recebendo a bolsa família.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) não disponibiliza séries históricas de números de beneficiários para cada município, porém, uma vez que começamos a monitorar os dados, não é difícil construir uma série histórica própria (os dados de anos anteriores estão provavelmente disponíveis junto aos responsáveis para as inscrições na prefeitura). Optando por fazer esse monitoramento, é possível acompanhar essa evolução. Para complementar esses dados, é possível voltar para a área de Saúde, na qual informações sobre a cobertura do Programa de Saúde da Família (PSF) mostrarão o número de famílias atendidas. Dado que a implantação do PSF tende a ser prioritariamente para as famílias com maior necessidade ou de maior vulnerabilidade, essas informações poderiam também ser úteis. Para se ter uma ideia do número de famílias, em geral, as equipes de saúde, educação e bem estar local normalmente têm boas estimativas do número de famílias no município e o registro de IPTU permitirá ter uma estimativa de lares. Os indicadores são:

- Número de Famílias;
- Número de Famílias Cadastradas no Perfil do Bolsa Família (inclui todas as famílias cadastradas que poderiam receber a bolsa);
- Número de famílias habilitadas no programa que estão recebendo o benefício;

- Cobertura do Bolsa Família: é a divisão do número de famílias com benefício liberado no BF pelo número de famílias cadastradas no Perfil; mostra, portanto, a proporção de famílias que, embora se enquadrem no perfil do programa, não são atendidas por ele.

Onde encontrar:

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
Número de Famílias	Datasus	Anual	Entre no link abaixo e selecione, no lado esquerdo, “Informações de Saúde”, depois em “Assistência à Saúde” → “Situação de Saneamento” → em cima do mapa que aparecerá selecione “Brasil por Região, UF e Município”. Selecione em “coluna”, “ano”; em “conteúdo”, “Nº Famílias”; depois selecione os períodos desejados (é possível selecionar mais de um ano). Em “Unid. Federação”, selecione o seu Estado, depois clique em “Mostra”. Procure os dados do município desejado e copie-os.

<http://tabnet.datasus.gov.br>

Indicador	Fonte	Periodicidade	Caminho
Número de Famílias Cadastradas no Perfil BF	MDS	-	Ao entrar no link abaixo, apenas passe a seta do mouse sobre o ícone “programas” que aparecerá um quadro verde. Logo em cima, clique em “Programa Bolsa Família (PBF)”, depois em “Relatórios e Estatísticas” na faixa horizontal verde. Aparecerá a expressão na cor roxa “Sistema de Informações da SENARC”, clique sobre ela. Em seguida, selecione o Estado e digite o nome do município, clique em “buscar” e, depois, na figura de uma lupa que estará ao lado do “Código IBGE do Município”. Apenas há disponível a informação para a última atualização no Cadastro Único.
Número de Famílias Beneficiárias Habilitadas ao BF - Benefício Liberado	MDS	-	
Cobertura do BF	Indicador próprio	-	Razão entre o número de famílias com benefício habilitado e o número de famílias cadastradas com o perfil BF.

<http://www.mds.gov.br>

Qualitativos

Esses diferentes indicadores serão importantes na busca de avaliar os impactos das políticas, programas e ações de desenvolvimento local na redução das desigualdades e no aumento das *chances iguais*. Entretanto, haverá muito a ser feito também de maneira qualitativa. Felizmente aqui, as mudanças produzidas nas instituições locais, a partir da Constituição Federal de 1988, criaram muitos espaços nos quais a discussão sobre os efeitos das ações de interesse público pôde ser realizada, como existência de conselhos municipais, ou a necessidade de transparência e rigor com as contas públicas, tornadas obrigatórias pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou ainda as diferentes demandas de fiscalização de transferências entre as esferas de governo, como as transferências da

Merenda escolar, cujas contas devem ser aceitas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE) municipal.

Igualmente, dependendo do município, poderá haver programas específicos que geram informações locais, mas que não estão disponíveis nacionalmente. Por exemplo, com a chegada do sistema descentralizado de assistência social, haverá informações sobre muitos aspectos de famílias em situação de vulnerabilidade, como também onde existe uma articulação efetiva dos sistemas de apoio e de garantia aos direitos das crianças e adolescentes. Os agentes comunitários de saúde, o conselho tutelar e a polícia local produzem não somente informações de uso mais geral, mas também informações para a ação local. A ficha de Políticas, Programas e Ações é um outro recurso para identificar pessoas com as quais se pode conversar ou buscar informações sobre a situação social do município. Por exemplo, se há uma atuação da Pastoral da Criança ou do Selo UNICEF, também haverá informações locais disponíveis.

Há muitos caminhos que podem levar à melhoria desta plataforma e gostaríamos de receber suas sugestões. O título de **PLATAFORMA BÁSICA** é um convite para colaborar. Para maiores informações sobre os indicadores, cópia eletrônica desta cartilha, da ficha de políticas, de um modelo para o preenchimento da Plataforma Básica, exemplos de inovações locais que efetivamente melhoram a qualidade de vida e a dignidade, relatórios, livros, vídeos sobre ações locais, todos de acesso gratuito e aberto, consulte: www.fgv.br/ceapg

A Plataforma Básica é resultado de um trabalho coletivo de pesquisadores de várias instituições e centros de investigação:

Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas: Peter Spink, Marco Antonio Carvalho Teixeira, Marcus Vinícius Peinado Gomes, Nathália Kozonoi, Natália Lacerda Cunha, Lara Elena Simielli, Roberta Messiane Sousa, Gabriela Toledo, Fernando Burgos, Mário Aquino Alves.

Universidade Estadual Vale do Acaraú: Ana Íris Tomás Teixeira, Roberta Sousa Messiane Sousa, Tiago Ferreira Gomes Fernandes, Janaina C. Carvalho, Igor José Araújo Bezerra.

Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas da Fundação Getúlio Vargas: Fernando Guilherme Tenório.

Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul: Sérgio Luís Allenbrandt, Carlos José Marin Filho, Dieter Seinderberg, Sabrina Dallepiane, Juliana Porciúncula, Cláudia Cristina Wesendonck, Cleto J. Reis Assi, Micheli Thiesen.

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará: Edna Castro, Henrique Heidtmann Neto, Milton Farias, Manoel Pinto, Joelle Katiussia, Rosane Brito, Suely Rodrigues, Lanna Lima, Kátia Glória Lopes, Kamila da Costa Rêgo, Soraia Melo, Márcio Souza.

Escola de Governo da Fundação João Pinheiro: Bruno Lazzarotti Diniz, Julimar S. Pinto, Evaristo Caixeta.

Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-graduação em Administração (NPGA) e Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento de Gestão Social (CIAGS): José Antônio Pinho, Patrícia Celeste Junquillo, Hermes Oliveira Gomes, Romário Lima dos Santos.



Gestão	
Grupo	Indicador
Receitas Locais	IPVA
	IPTU
	ISS
	ICMS
	IRPF
	Outras
Transferências	FPM
	FUNDEB (ex FUNDEF até 2007)
	FNS/SUS
	Apoio à Alimentação Escolar Básica
Convênios	Convênios Municipais
Gasto Municipal	Categoria Econômica
	Função
Capacidade de Resposta	Escolaridade
	Composição do quadro de funcionários
Ficha	Políticas, Programas e Ações



Desenvolvimento Econômico Local		
Grupo		Indicador
Atividade Econômica	Formal	PIB
		Perfl da Frota
		Habitantes/frota
		Componente do Valor Adicionado municipal do ICMS
		ISS
	Informal	Qualitativo
Infraestrutura e Serviços	Quantitativos	Telefones Públicos
		Cobertura de Coleta de Lixo
		% de famílias com Abastecimento de água potável - rede pública e poço
		% de famílias com Energia Elétrica
	Qualitativos	



Desenvolvimento Social e Redução das Desigualdades		
Grupo		Indicador
Quantitativos	Saúde	Mortalidade Infantil
		Proporção da população coberta pelo PACS + PSF
		% de grávidas com - de 4 consultas pré-natal (nascidos vivos)
		Proporção de nascidos vivos com Baixo peso ao nascer
	Educação	Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental
		IDEB - Ensino Fundamental
	Renda Familiar	Número de Famílias
		Número de Famílias Cadastradas no Perfl BF
		Número de Famílias Beneficiárias Habilitadas ao BF - Benefício Liberado
		Cobertura do BF
Qualitativos		